

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA  
COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

**KERIANE PEREIRA DA COSTA**

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: avanços e  
desafios da escola pública no município de Parintins-AM**

**Parintins-AM  
2022**

**KERIANE PEREIRA DA COSTA**

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: avanços e desafios da escola pública no município de Parintins- AM**

Trabalho de Conclusão de Curso-TCC apresentado ao Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia-ICSEZ da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra. Maria das Graças Pereira Soares

**Parintins-AM  
2022**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C837i Costa, Keriane Pereira da  
Inclusão de crianças autistas na educação infantil: avanços e desafios da escola pública no município de Parintins/AM : avanços e desafios da escola pública no município de Parintins/AM / Keriane Pereira da Costa . 2022  
31 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Maria das Graças Pereira Soares  
TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Educação Infantil. 2. Inclusão de crianças autistas. 3. Escola pública. 4. Avanços e desafios. I. Soares, Maria das Graças Pereira. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

# **INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: avanços e desafios da escola pública no município de Parintins-AM**

Keriane Pereira da Costa <sup>1</sup>  
Doutora Maria das Graças Pereira Soares <sup>2</sup>

## **RESUMO**

Esta pesquisa objetivou descrever os avanços e os desafios de crianças autistas que estão na Educação Infantil pública do município de Parintins-AM. No percurso metodológico desta investigação foram utilizadas a pesquisa bibliográfica que se sucedeu a partir do levantamento da literatura e do conjunto de tratados e leis que regulamentam a inclusão de crianças autistas na escola regular e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica sucedeu-se a partir do levantamento da literatura e do conjunto de tratados e leis que regulamentam a inclusão de crianças autistas na escola regular. Os sujeitos que participaram da pesquisa foram: coordenador da educação inclusiva da SEMED/Parintins-AM, quatro (4) professores e uma (1) mãe atípica. Os dados foram coletados a partir de uma carta enviada a Coordenação da Educação Inclusiva da SEMED/Parintins, questionários aplicados aos professores e pais das crianças via e-mail, WhatsApp e questionário impresso. Os resultados da pesquisa indicam que há um conjunto de leis nacionais e acordos internacionais que garantem a inclusão das crianças autistas na escola regular, contudo a inclusão destas na Educação Infantil pública requer avanços relacionados a comunicação e interação dos educadores com as famílias das crianças; planejamento e organização didático-pedagógica das escolas; melhorias na infraestrutura das instituições de ensino; aquisição de materiais e recursos didáticos; formação contínua dos educadores, equipe multidisciplinar e ampliação das salas de recursos multifuncionais nos Centros de Educação Infantil, a fim de garantir às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o desenvolvimento social, intelectual, físico e psicológico, completando a ação da família. Espera-se que este trabalho possa contribuir com estudos relacionados à inclusão da criança autista na Educação Infantil pública na perspectiva da inclusão social e do desenvolvimento integral.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Inclusão de crianças autistas. Escola pública.

## **SUMMARY**

This research aimed to describe the advances and challenges of autistic children who are in public Early Childhood Education in the city of Parintins-AM. In the methodological course of this investigation, the bibliographic research was used, which followed from the survey of the literature and the set of treaties and laws that regulate the inclusion of autistic children in regular schools and the field research. The bibliographic research was followed by a survey of the literature and the set of treaties and laws that regulate the inclusion of autistic children in regular schools. The subjects who participated in the research were: coordinator of inclusive education at SEMED/Parintins-AM, four (4) teachers and one (1) atypical mother. Data were collected from a letter sent to the Coordination of Inclusive Education at SEMED/Parintins, questionnaires applied to teachers and children's parents via email, WhatsApp and a printed questionnaire. The research results indicate that there is a set of national laws and international agreements that guarantee the inclusion of autistic children in regular schools, however their inclusion in public Early Childhood Education requires advances related to the communication and interaction of educators with the children's families; didactic-pedagogical planning and organization of schools; improvements in the infrastructure of educational institutions; acquisition of teaching materials and resources; continuous training of educators, a multidisciplinary team and expansion of multifunctional resource rooms in the Early Childhood Education Centers, in order to guarantee social, intellectual, physical and psychological development for children with Autism Spectrum Disorder (ASD), completing the family's action. It is hoped that this work can contribute to studies related to the inclusion of autistic children in public Early Childhood Education in the perspective of social inclusion and integral development.

**Keywords:** Early Childhood Education. Inclusion of autistic children. Public school.

## INTRODUÇÃO

As diferenças sempre fizeram parte da humanidade e por muito tempo foram vistas como sinônimo de exclusão para aqueles que não se enquadravam nos perfis ideais, criados por uma sociedade marcada pelo preconceito e pela discriminação. Mas, ao longo do tempo, esse cenário tem mudado graças aos direitos conquistados e garantidos por leis e acordos mundiais, que tornaram possível a inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas sociais, principalmente no âmbito educacional.

A Declaração Universal de Salamanca (1994), afirma que as crianças e jovens com necessidades especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro dessas necessidades.

No Brasil, a educação para pessoas com deficiência é assegurada na Constituição Federal de 1988, art. 205, reafirmada no Estatuto da Criança e do Adolescente—Lei nº 8.069/1990 e conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como (LDBEN, nº 9394/96), a educação tem como finalidade o desenvolvimento integral do sujeito, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação/PNE, Lei Nº 13.005/2014, que orienta a política de educação no Brasil até 2024, prevê na área da educação inclusiva a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE) para crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos, com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

A Lei Brasileira de Inclusão/LBI, Lei nº 13.146, sancionada em julho de 2015, com vigência a partir de janeiro de 2016, destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania.

Para tanto, incluir crianças com deficiências no ensino regular representa um grande desafio para as escolas, os professores, os pais e a sociedade, uma vez que incluir não significa apenas ofertar vagas nas escolas, mas oferecer condições necessárias na perspectiva da inclusão, como adaptações de currículos, métodos, materiais, recursos didáticos, estruturas físicas adequadas e profissionais qualificados para atender as especificidades de cada criança. Segundo a Lei nº 13.146, no processo de inclusão no ensino regular, as crianças com deficiência ou transtorno do espectro autista (TEA), se preciso, têm direito a um profissional de apoio em sala de aula.

Ainda que a inclusão das crianças autistas na escola regular seja regulamentada por um conjunto de acordos internacionais e leis nacionais, há muitos obstáculos que precisam ser superados. Diante dessa realidade, apresenta-se como problema de pesquisa: Como ocorre o processo de inclusão de crianças autistas na Educação Infantil pública do município de Parintins-AM? A pesquisa tinha por finalidade conhecer os avanços e os desafios que perpassam a inclusão de crianças autistas na Educação Infantil pública do município de Parintins-AM, além de identificar o número de crianças autistas matriculadas na Educação Infantil da Rede pública do município de Parintins e descrever os avanços e as necessidades relacionadas à inclusão de crianças com espectro autista na escola regular.

## **1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1 Inclusão das crianças com transtorno do espectro autista (TEA) na escola pública**

A palavra autismo, de origem grega (autós), que significa “por si mesmo”, foi criada em 1908 pelo suíço Eugene Bleuler e faz referência a um sintoma da esquizofrenia. No entanto, foi em 1943 que o psiquiatra americano Leo Kanner iniciou os primeiros estudos sobre o autismo infantil. Na pesquisa denominada “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo”, ele observou onze (11) crianças que apresentavam comportamentos diferenciados dos observados em outras síndromes.

Para Filho; Cunha (2010), o autismo não possui uma definição ao certo, porque apresenta uma série de sintomas que interferem diretamente na comunicação social e no comportamento, além de apresentar diferentes níveis, que podem resultar na dificuldade do desenvolvimento da linguagem, do uso da imaginação e ainda na dificuldade de socialização. Ainda que estes fatores interfiram diretamente na aprendizagem, as crianças autistas não podem ser vistas como incapazes de obter desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem. Sobre isso, Cunha (2011, p.68) afirma que “o aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui uma forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe comportamento diferenciado [...]”.

Estudos sobre o autismo vêm sendo pautas frequentes em debates no âmbito educacional, mas nem sempre foi assim. Ao longo da história, o autismo sempre intrigou especialistas, amedrontou pais e tornou-se alvo de preconceito por parte da sociedade. Nas últimas décadas, conferências e acordos internacionais nortearam a implementação de políticas públicas voltadas

a atender pessoas com deficiência, transtornos e com altas habilidades/ superdotação, e foram fundamentais para a implantação da educação inclusiva pelo mundo.

No Brasil, a educação para as pessoas com deficiência é assegurada na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente–Lei nº 8.069/1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB 9.394/1996, assim como na Lei Brasileira de Inclusão/LBI-Lei nº 13.146.

Mantoan (2003, p. 22) comenta que “quando garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola, a Constituição Federal não usa adjetivos e, assim sendo, toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência”.

A Educação Infantil é um direito de todas as crianças de zero a cinco anos, incluindo também as crianças autistas. Nesta etapa o cuidar e o educar são processos indissociáveis. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

Flor e Durli (2012) evidenciam que além de ser um direito da criança, a Educação Infantil também é um direito da família e uma exigência da vida atual que visa à participação igualitária da mulher na sociedade e no trabalho. É nesse nível de ensino que começam a serem desenvolvidas as primeiras competências e habilidades destas crianças, razão pela qual as escolas precisam se adequar de forma a favorecer a adaptação, o desenvolvimento e a aprendizagem de todas as crianças, incluindo também as crianças com transtorno do espectro autista (TEA).

Nesta etapa da educação básica, a criança é concebida como um sujeito ativo, centro da ação educativa, onde os projetos educativos devem ser pensados e realizados para estes sujeitos que são parte ativa do processo de ensino aprendizagem (FINCO et al, 2015).

Desta forma, para a inclusão escolar de todas as crianças é essencial que as instituições ofereçam estruturas física e pedagógica para atender as especificidades de cada criança, proporcionando-as experiências capazes de resultar numa aprendizagem significativa. Vale ressaltar que o ambiente escolar é essencial para o processo de inclusão e convivência harmoniosa das crianças autistas e de suas famílias. Para garantir o acesso e a participação das crianças autistas na escola, a Lei nº 12.764, institui a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com o Transtorno do Espectro do Autista”, estabelece que o autista tem o direito de estudar em escolas regulares e, se preciso, pode solicitar um acompanhante especializado.



A escola é um ambiente de interação social onde são compartilhadas experiências de aprendizagem fundamentais para o desenvolvimento e aprendizagem de todas as crianças. Desta forma, ter ambientes educativos propícios para atender as especificidades e necessidades das crianças é primordial, visto que a complexidade do processo de inclusão exige para além da visão limitada de incluir é inserir a criança com TEA na sala de aula, como explica Mantoan (2003, p. 3), “ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial”.

A escola para ser inclusiva requer mudanças concretas pautadas no respeito às diferenças, considerando as especificidades de seus alunos, constituindo uma prática educacional em conjunto com a sociedade. Não se pode distorcer a inclusão escolar criando a visão de que incluir se trata apenas de inserir o sujeito na escola.

Constata-se, portanto, que a construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional: transformação de ideias, de atitudes, e das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico (ARANHA, 2004, p. 9).

O processo de educação inclusiva requer professores qualificados para atuar como mediadores do processo de ensino - aprendizagem das crianças; planejamento pedagógico, metodologias e recursos didáticos adequados às necessidades dos sujeitos; projetos políticos pedagógicos elaborados com a participação da família e da sociedade em conformidade com as especificidades dos sujeitos. Sobre isso, (MIRANDA et al, 2012, p.28), orienta que:

Dentro de uma perspectiva de ampliação dos sistemas, com vistas não apenas ao crescimento quantitativo de matrícula, mas também à melhoria do sistema escolar, necessário se faz, entre outros aspectos, o aprimoramento do sistema de gestão, da atuação dos profissionais e do processo de ensino e aprendizagem.

Salienta-se que a escola para ser inclusiva não deve estar condicionada somente a crescente demanda de vagas, mas possibilitar a inclusão de todos os grupos sociais, como também oferecer todas as condições para a permanência destes no contexto escolar. Mantoan (2003, p. 14) esclarece que “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”.

O ambiente escolar deve proporcionar a interação e aprendizagem das crianças, visando o convívio respeitoso com as diferenças, porém mais do que isso, a escola pode atuar para a quebra do preconceito e discriminação de qualquer tipo.

Mantoan (2003, p.23), menciona que:

A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.

A inclusão escolar é necessária para todas as infâncias porque se constitui como um ambiente de oportunidade de aprendizagens e interação para todos aqueles que somente têm a escola para recorrer. A escola é um ambiente social que proporciona a estes sujeitos a formação e preparação para uma vida mais humanizada, como destaca Mantoan (2003, p.30):

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.

Dessa forma, faz-se necessário pensar o processo de inclusão nas escolas regulares para crianças com TEA, levando em consideração a adaptação destas da melhor forma possível no contexto escolar, uma vez que incluir requer mais do que somente a inserção das crianças em sala de aula. É fundamental neste processo que a instituição escolar se organize tanto na estrutura física como no planejamento e organização didático-pedagógica, como também na formação contínua dos professores.

## **1.2 O Processo Ensino-Aprendizagem da Criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**

Leo Kanner, psicólogo americano, realizou os primeiros estudos sobre o transtorno do espectro autista infantil, quando observou onze (11) crianças. Conforme Kanner (1943 apud Filho; Ferreira, 2010, p. 08):

"desde 1938, chamaram-nos a atenção várias crianças cujo quadro difere tanto e tão peculiarmente de qualquer outro tipo conhecido até o momento que cada caso merece

- e espero que venha a receber com o tempo - uma consideração detalhada de suas peculiaridades fascinantes".

É notável sua fascinação principalmente a tratar-se do aprendizado das crianças com TEA e seu desejo para que as peculiaridades do autismo fossem estudadas em sua essência. Na visão de Brito (2015, p.82), “o autismo é uma síndrome complexa que afeta três importantes áreas do desenvolvimento humano que é a comunicação, a socialização e o comportamento”, logo, esta série de sintomas, afetam diretamente na questão da aprendizagem tornando as crianças com TEA bastante limitadas no processo de ensino-aprendizagem.

Educar crianças com este transtorno torna-se ainda mais desafiador quando somadas as limitações impostas pelo autismo à falta de conhecimento ou o pouco conhecimento sobre o transtorno e conseqüente às dúvidas e incertezas de como promover a educação e as intervenções pedagógicas necessárias para favorecer o processo educativo destas crianças.

Cunha (2010, p. 17), relata que “o Espectro Autista é um contínuo, não uma categoria única, e apresenta-se em diferentes graus”, portanto, não se pode conceber que toda a criança autista segue determinado padrão de comportamento e aprende da mesma forma já que os sintomas variam de acordo com cada sujeito.

No ambiente escolar elas terão contato com outras crianças e irão interagir com outros sujeitos fora do seu contexto familiar. A escola é ambiente que proporciona a criança o desenvolvimento social, cultural, cognitivo e motor. Para Monte (2004 apud NASCIMENTO 2007, p. 79), “a escola é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos [...]”.

Vale ressaltar, que as crianças autistas ao ingressar na escola poderão estranhar este novo ambiente, já que adaptar-se a esta nova realidade pode se tornar um processo doloroso, uma vez que estas crianças são afetadas pela dificuldade de socialização, de interação e o contato com ações que não são de sua rotina. Neste sentido, a escola como um todo deve tornar o processo de adaptação da criança autista um momento de acolhida e prazer. Cunha (2011, p. 13), esclarece que “é normal à criança autista sentir-se desconfortável e incomodada em um ambiente novo, como o da escola. É normal buscar apoio nas coisas ou nos movimentos, mantendo-se permanentemente concentrados a ele, esquecendo de todo o resto [...]”.

A inclusão das crianças autistas na escola é um processo contínuo que requer mais que do a inserção destas em salas de aulas. Mello (2007, p. 41), esclarece que “quando se pensa em termos de inclusão, é comum a ideia de simplesmente colocar uma criança que tem autismo em

uma escola regular, esperando assim que ela comece a imitar as crianças normais, e não crianças iguais a ela ou crianças que apresentam quadros mais graves”.

Para incluir a criança autista na escola é necessário um amplo planejamento pedagógico e organização do contexto escolar, não somente na estrutura física, sendo primordial uma proposta curricular na perspectiva da inclusão, considerando as especificidades e necessidades das crianças, como também dos profissionais, principalmente os professores.

A escola, além de promover um ambiente de inclusão, é também um ambiente capaz de promover a oportunidade de ampliação dos conhecimentos, diálogo de saberes e reflexão da prática docente. Miranda; Filho (2012, p.18), aborda que:

Entendemos ser fundamental pensar a escola como lócus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazer.

A instituição escolar é um lugar de oportunidades e reflexão da prática docente e neste ambiente destaca-se o educador como mediador do processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento das crianças com o TEA, mas ressalta-se que é necessário que seja permitido aos educadores oportunidades de reflexões teórico-práticas, possibilitando a eles um olhar crítico da realidade e conseqüentemente o desenvolvimento de práticas pedagógicas que tenham como objetivo a transformação da prática pedagógica. Miranda; Filho (2012, p.19) afirmam que:

Cabe-nos entender como as escolas vêm lidando com as questões da inclusão escolar e, também, fomentar essas experiências nos processos de formação docente, possibilitando o acesso a reflexões teórico-práticas, que permitam uma leitura crítica da realidade e alicercem projetos que visem à transformação.

Na inclusão escolar, o papel do professor é essencial para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Por isso, cabe ao docente ter formação adequada e estar preparado para conduzir o processo educativo das crianças autistas, considerando o planejamento didático, o processo de ação - reflexão-ação e o diálogo contínuo com as famílias das crianças a fim de encontrar caminhos que superem as dificuldades que elas apresentarão. Para (NASCIMENTO et al, 2007, p. 140):

A formação inicial de professores precisa ser repensada em seus diferentes níveis, para que possam ser formuladas e encontradas soluções compatíveis com a urgente necessidade de melhoria das propostas educativas de nossas escolas para, então, podermos falar de uma educação para todos.

No processo educativo das crianças, as atividades lúdicas são estratégias importantes para a inclusão escolar, uma vez que o brincar ajuda no desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social e possibilita uma aprendizagem prazerosa.

Por meio do brincar, o autista expressa seu entendimento do mundo e, por não possuir as repressões que geralmente temos, libera todo seu sentimento ao manipular objetos. Os autistas falam de si por meio dos objetos com os quais interage. O ato de brincar pressupõe regra e ordem e a repetição que exige na brincadeira nada mais é que a necessidade de ordem. Por meio dela o autista pode sempre se reencontrar, não apenas com objetos e as situações das brincadeiras, como também consigo próprio, reafirmando sua pessoa, fortalecendo-se (BRASIL, 2000, p. 23).

Ressalta-se que não há uma fórmula única a ser seguida pelos docentes no processo educativo das crianças com TEA, já que cada criança, autista ou não, é única na forma de aprender, como comenta Feltrin (2004, p.17), “cada aluno é um aluno, único; e como tal deve ser tratado”. Por isso, é necessário que o educador esteja atento as dificuldades de cada criança, e assim possa desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento integral destas crianças.

Evidencia-se que o diálogo contínuo da escola com a família das crianças é essencial, uma vez que é no grupo familiar que a criança tem as primeiras interações e estabelece as primeiras relações sociais. A família é a instância socializadora onde a criança tem seus primeiros contatos com o mundo externo. Na visão de (DÍAZ et al, 2009, p. 153), “a família se institui, pois, como uma das mediações entre o homem e a sociedade”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB 9.394 (1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-DCNEI (2009) declaram que as instituições de Educação Infantil devem assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e os cuidados das crianças com as famílias.

Portanto, trabalhar a inclusão das crianças autistas na escola é “trabalhar em conjunto com a família, pois cada criança apresenta uma realidade e esta realidade precisa ser considerada no processo educativo” (DÍAZ et al, 2009, p. 154). Dessa forma, não é possível compreender as crianças com deficiência em sua totalidade, desconsiderando o seu contexto familiar (DÍAZ, 2009).

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa, de cunho qualitativo, buscou conhecer sobre o processo de inclusão de crianças autistas na Educação Infantil da escola pública no município de Parintins-AM. No percurso metodológico dessa investigação foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

A pesquisa fundamenta-se no enfoque epistemológico crítico-dialético, na visão de Saviani (2011, p. 2), um dos objetivos desta abordagem é “explicitar como mudanças das formas de produção da existência humana foram gerando historicamente novas formas de educação”.

Na primeira etapa da pesquisa foi realizada a pesquisa bibliográfica a partir do levantamento da literatura e do conjunto de leis e tratados internacionais que regulamentam a inclusão de crianças autistas na escola regular. A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. Para Andrade (2010, p. 25), “a pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas”.

A pesquisa de campo é uma fase realizada após o estudo bibliográfico, para que a pesquisadora tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, o meio de coleta de dados, o tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados (MARCONI e LAKATOS, 1996).

Quanto à pesquisa de campo, ocorreria na Coordenação da Educação Especial, Coordenação de Educação Infantil da SEMED e nos Centros de Educação Infantil do Município de Parintins-AM. Porém, devido à pandemia COVID-19 que assolou o mundo, causando o distanciamento social e o fechamento das escolas, impossibilitou a participação de todos os sujeitos definidos no projeto de pesquisa. Os sujeitos da pesquisa seriam os coordenadores da Educação Especial e da Educação Infantil da SEMED/Parintins; gestores, professores dos Centros Infantis públicos, pais ou responsáveis das crianças autistas.

Assim sendo, para a construção dos dados, a pesquisadora entrou em contato com o Coordenador da Educação Inclusiva da SEMED/Parintins-AM por meio de uma carta e solicitou a concessão de informações sobre o número de crianças autistas matriculadas na Educação Infantil pública no município de Parintins, bem como os contatos dos gestores dos Centros de Educação Infantil para a obtenção de dados e desenvolvimento da pesquisa. A partir das informações obtidas por meio do coordenador, buscou-se entrar em contato com a secretaria

dos Centros Infantis públicos para saber o número de crianças autistas matriculadas e solicitar o número de telefones dos pais ou responsáveis destas crianças e dos professores, a fim de enviar os questionários da pesquisa.

Mediante as informações dos Centros Infantis, os questionários foram enviados via e-mail, WhatsApp e através de questionários impressos a quatro mães das crianças e oito (8) professoras no período de 15 de maio a 11 de junho de 2021 com a finalidade de conhecer os avanços e as necessidades relacionadas à inclusão de crianças com TEA na escola regular. Dos questionários enviados via WhatsApp apenas 1 (uma) mãe de uma criança, 4 (quatro) professoras responderam ao questionário.

Gil (1999, p. 128), explica que o questionário pode ser definido “como técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escritos às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas e etc.”.

O questionário semiestruturado priorizou as perguntas abertas para que os sujeitos da pesquisa tivessem liberdade de escrita e para que não houvesse influência de respostas pré-estabelecidas. Na terceira etapa da pesquisa foi feita a sistematização, a análise e a interpretação dos dados pautadas no referencial teórico empregado nesse estudo.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 Caracterização da Educação Infantil pública de Parintins-AM**

O município de Parintins-AM possui treze Centros Educacionais Infantis públicos, sendo onze situados na zona urbana e dois na zona rural. De acordo com as informações do Coordenador da Educação Inclusiva SEMED/Parintins-AM no ano letivo de 2021 haviam 16 (dezesesseis) crianças da Educação Infantil com laudos fechados de TEA, cujas crianças estavam matriculadas em 7(sete) Centros públicos de Educação Infantil, sendo que um dos centros ainda estava aguardando o resultado de laudo de uma criança.

Dos 13 (treze) Centros Educacionais Infantis apenas 6 (seis) possuem salas de recursos multifuncionais, sendo 4 (quatro) salas na zona urbana e 2 (duas) na zona rural, mas apenas 3 (três) salas de recursos estavam ativas na cidade, devido à pandemia COVID-19, e na zona rural por não haver alunos com deficiência nos CEI's, as salas estavam inativas. Os atendimentos nas salas de recursos acontecem em contra turno ao ensino regular.

A LEI Nº 12.764, de dezembro de 2012 garante que as crianças autistas tenham, além de professores de apoio, Sala de Recursos Multifuncionais, onde profissionais especializados trabalham para garantir que todas as potencialidades das crianças sejam desenvolvidas. O Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, Art. 5º, parágrafo 3º afirma que “as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e matérias didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”.

Considerando o contexto pandêmico causado pela COVID-19, as crianças com autismo matriculadas na Educação Infantil estavam recebendo o atendimento de professores especializados em suas casas com um professor que atendia simultaneamente crianças de 3 (três) Centros Educacionais Infantis.

No momento da construção de dados desta pesquisa as aulas estavam acontecendo no formato do ensino remoto e as crianças estavam tendo aulas via WhatsApp. As crianças com TEA recebiam em suas casas o acompanhamento e as atividades adaptadas propostas pelas professoras especializadas em consonância com a proposta pedagógica da SEMED/Parintins. Mas ressalta-se que antes da pandemia, as crianças autistas estavam em sala de aula junto com as outras crianças como ordena a lei, porém, ainda que inseridas, não participavam das aulas como as demais, pois ficava para as professoras acompanhantes a responsabilidade do processo de ensino- aprendizagem das crianças. Esta pesquisa considera os relatos vivenciados em sala de aula pelas professoras e a forma como estavam acontecendo as aulas no período pandêmico.

### **3.2 Avanços e os desafios que perpassam a inclusão de crianças autistas na educação infantil pública do município de Parintins–AM.**

Realizou-se esta pesquisa qualitativa a fim de conhecer o processo de inclusão das crianças com o Transporte do Espectro Autista (TEA) nos Centros Educacionais Infantis públicos do município de Parintins-AM a partir das informações da Coordenação Pedagógica da Educação inclusiva SEMED/Parintins e sob a ótica dos professores que tinham em suas turmas crianças autistas e de uma mãe de uma criança autista que estudava em um dos Centros de Educação Infantil.

A coleta de dados foi feita através de questionários com perguntas previamente estruturadas e participaram da pesquisa quatro (4) professoras, aqui identificadas como P1, P2, P3 e P4 e 1 (uma) mãe de uma criança autista com o codinome M1. Vale ressaltar que das 4 (quatro) professoras participantes, 2 (duas) são professoras regentes de sala de aula, (P1) e (P2);



1(uma) é professora especializada que fez acompanhamento pedagógico de crianças autistas no ensino remoto (P3); 1(uma) é professora da Sala de Recursos Multifuncionais (P4).

Para tanto, é necessário frisar que outras 4 (quatro) professoras regentes de sala de aula foram contatadas para participar da pesquisa, todavia elas informaram que não poderiam responder o questionário por falta de conhecimento sobre o tema e sugeriram que o mesmo fosse respondido pelas professoras acompanhantes de crianças autistas. Destaca-se então a falta de conhecimentos e de experiência das professoras regentes, já que, de acordo com as professoras, as atividades propostas para as crianças autistas são elaboradas pelas professoras acompanhantes.

Após os estudos e análises feitas por meio dos dados obtidos através do questionário e da justificativa das professoras que se disseram incapacitadas de respondê-los, revelou-se três pontos que se configuram como desafios para o processo de inclusão das crianças autistas nas escolas regulares: formação docente para a inclusão escolar, necessidade de uma equipe multidisciplinar na escola e a falta de materiais e recursos didáticos na perspectiva da educação inclusiva.

Educar crianças com TEA se configura como um grande desafio aos educadores, somando isto a formação docente, alavanca-se ainda mais a dificuldade de se constituir uma aprendizagem significativa para estas crianças. Um dos pontos a serem considerados quando se fala em inclusão escolar é a formação contínua dos professores. Cada criança autista é única em suas especificidades, é primordial que o professor tenha conhecimentos acerca do autismo e de como educar estas crianças, considerando as especificidades e necessidades de cada criança.

Do grupo de 8 (oito) professores regentes de sala de aula contatados para participar desta pesquisa, quatro (4) não se sentiram aptos a responder ao questionário para coleta de dados e alegaram a falta de conhecimento e experiência para trabalhar com crianças com TEA, ainda que estas estivessem matriculadas em suas turmas. Argumentaram “não possuir bases para responder ao questionário” e duas não retornaram o contato feito por mensagem via WhatsApp, apesar de a priori terem aceitado responder ao questionário. Apenas duas professoras regentes responderam ao questionário.

Mantoan (2003, p.42) explica que “o argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho”.

A pesquisa retrata inaptidão de docentes dos Centros Educacionais Infantis públicos do município de Parintins frente à inclusão de crianças com TEA na escola regular, sendo uma abordagem contrária ao processo de inclusão. Ao analisar a argumentação dos professores que

não participaram da pesquisa por falta de conhecimento sobre o tema, nota-se que apesar de terem crianças autistas em sala de aula regular, as professoras não se sentem preparadas em desenvolver uma prática pedagógica inclusiva considerando as especificidades das crianças com TEA, sendo esta tarefa realizada apenas pelas professoras acompanhantes e professoras da sala de recursos multifuncionais quando ofertada no CEI, conforme se observa na percepção da professora (P4).

*As aulas são planejadas levando em consideração as deficiências das crianças, no caso na sala de recursos. Já na sala regular não, o professor ele acompanha a proposta pedagógica da SEMED, cabe ao professor TEA de acordo com o plano do professor elaborar as estratégias e a adaptação das aulas para o aluno autista. (P4)*

Sobre esta problemática, Mantoan (2003, p. 25) explica que:

Os serviços de apoio especializados, tais como os de intérpretes de língua de sinais, aprendizagem do sistema braile e outros recursos especiais de ensino e de aprendizagem, não substituiriam, como ainda ocorre hoje, as funções do professor responsável pela sala de aula da escola comum.

O sentimento de despreparo do professor também pode ser visto na fala da mãe de umas das crianças autistas matriculada na Educação Infantil. De acordo com a mãe “*os professores não sabem lidar com algumas situações como crise de autista*”.

Esta realidade fica mais evidente na fala da professora P1 quando retrata a dificuldade do professor ao dar aula para crianças autistas:

*Os que nos trazem muita inquietação são os que têm o nível bem avançado de autismo, devido não termos condições de suprimir as necessidades que ele precisa na escola. (P1)*

A escola precisa se organizar enquanto estrutura física e pedagógica para atender as necessidades de cada criança como também ter uma equipe pedagógica multidisciplinar para acompanhar e orientar o processo educativo destas crianças. Para educar e cuidar de crianças com TEA é preciso saber lidar e entender que cada caso é um caso, pois o autismo é um transtorno que se apresenta em intensidades diferentes e conforme essa intensidade e os sintomas das crianças.

Os aspectos legais destacam a inclusão de deficientes na escola regular como fundamental no desenvolvimento e aprendizagem destes sujeitos, sendo assim a escola deve estar preparada

para incluir todas as crianças. E um dos primeiros passos a caminho da inclusão escolar é a formação inicial e continuada dos professores.

Mantoan (2003, p.43) evidencia que “ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis”.

Para tanto, a formação dos professores, não pode ser vista como uma única via de solução para os problemas advindos do processo de inclusão na escola, mas é, sem dúvidas, um dos pontos primordiais que precisam ser considerados para a superação dos desafios na educação inclusiva, uma vez que a formação docente abre espaços para reflexão e ampliação de conhecimentos.

Outro ponto que se apresenta como empecilho na inclusão das crianças com TEA na escola regular pode ser percebido tanto na percepção dos professores como na percepção da mãe, quando questionados sobre umas das maiores dificuldades enfrentadas na educação das crianças, estes sujeitos relatam:

*Falta de recursos para produção de materiais pedagógicos que muitas vezes sai do bolso do próprio professor. Além da falta de cursos gratuitos e oficinas que auxiliem esses profissionais. (M1)*

*Reitero que não é o meu caso, mas de outros: Parceria da família/ materiais adequados ou cursos na área. (P2)*

*No momento está sendo a falta de professor auxiliar e também outros profissionais como fonoaudiólogo e neuropediatra, os que fazem estimulação precoce etc. (P1)*

Os dados da pesquisa indicam que para além da falta de formação inicial e continuada aos professores, a negligência ocorre nos Centros de Educação Infantil públicos na perspectiva da inclusão escolar, quando estas instituições não dispõem de uma equipe pedagógica multidisciplinar para o atendimento destas crianças, fato que se percebe na denúncia da professora P1, bem como a falta de recursos didáticos adequados para o desenvolvimento das atividades educativas das crianças com TEA, de acordo com a mãe e a professora P2.

Mantoan (2003, p. 25) evidencia que:

*As creches e as escolas de educação infantil, dentro de sua atual e reconhecida função de cuidar e educar, não podem mais deixar de receber crianças PNEE, a partir de zero anos (art. 58, parágrafo 3º, LDB C.C. o art. 2º, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 7.853/89), oferecendo-lhes cuidados diários que favoreçam sua estimulação precoce, sem prejuízo dos atendimentos clínicos individualizados, que, se não forem realizados no*

mesmo ambiente, devem ser disponibilizados por meio de convênios, para sua facilitação.

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de mudanças na inclusão destas crianças em salas de aulas comuns, a começar pela formação inicial e continuada dos professores, como também a providência imediata de materiais, recursos didáticos e uma equipe multidisciplinar de profissionais para que seja cumprida a função do educar e cuidar das crianças autistas na Educação Infantil.

Quanto aos avanços, no que tange a inclusão na escola regular das crianças com TEA, conforme a visão da professora P1, a matrícula de crianças autistas no ensino regular se mostra com um dos avanços mais significativos.

*A mudança significativa foi quando se tornou o ensino regular obrigatório, ou seja, as políticas brasileiras vêm apostando nas classes regulares onde as crianças aprendem os conteúdos e convivem com os demais alunos. (P1)*

Incluir crianças autistas no ensino regular é sem dúvida fundamental para garantir que estas crianças vivam como cidadãos pertencentes a uma sociedade inclusiva, mas para que a inclusão na escola de fato aconteça às crianças devem participar de forma ativa das práticas pedagógicas e estar totalmente envolvidas no processo educativo por meio do diálogo contínuo do professor regente da turma e do professor acompanhante da criança.

É possível perceber, que mesmo diante das dificuldades que assolam a inclusão das crianças com TEA na escola regular, os professores estão caminhando na busca contínua da formação, combate ao preconceito na perspectiva da educação inclusiva com apoio dos professores acompanhantes das crianças e dos professores da sala de recurso multifuncionais, avanços significativos no desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

*Trabalho na mesma escola há 15 anos. No começo foi difícil, corremos atrás de estruturas em todos os sentidos, formação, materiais, adaptações. Com o tempo fomos nós adequando. E hoje estamos caminhando num processo gradual, pois o ideal ainda está longe, ainda temos o confronto e embate discriminatório, não tanto, mas ainda persiste. Mas já galgamos bastante e estamos vencendo a exclusão, onde todos terão suas individualidades respeitadas e o nosso trabalho conquistado em conjunto construindo um novo educar. (P2)*

Diante de todos os desafios da inclusão de crianças autistas na escola pública, nota-se que os educadores estão buscando caminhos visando o desenvolvimento das potencialidades e

aprendizagem das crianças autistas e enquanto não se chega nesse ideal, o adaptar-se com o que há disponível para educar as crianças no contexto escolar é o meio pelo qual os professores estão caminhando para alcançar gradualmente o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças. Portanto, ainda há muito o que fazer para o processo de inclusão das crianças autistas na escola pública, o ideal ainda está longe de ser alcançado quando se fala em inclusão escolar pautada no desenvolvimento integral das crianças com autismo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES**

A partir desta pesquisa revelou-se a necessidade urgente de debates e formação contínua dos educadores no que se refere ao processo de inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Centros Educacionais Infantis públicos no município de Parintins-AM, para a superação dos desafios que assolam a inclusão das crianças autistas na escola regular.

Contudo, a formação docente não pode ser vista como a única via para superar os desafios advindos do processo de inclusão das crianças com necessidades especiais, mas de certo é fundamental que as crianças tenham seus direitos respeitados e o seu desenvolvimento integral garantido, considerando suas especificidades, necessidades e potencialidades.

A inclusão das crianças autistas na escola regular, onde professores não se sintam capazes de desenvolver uma aprendizagem significativa, onde as crianças, ainda que estejam em uma sala de aula regular, mas não participam ativamente do processo educativo com as demais crianças da turma, onde não há diálogo contínuo com o professor regente e o professor acompanhante, nem tampouco há um ambiente escolar apropriado com materiais e recursos didáticos adequados para o desenvolvimento de suas potencialidades é exclusão e não inclusão.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva**: a escola. Brasília: Ministério da Educação: Secretária de Educação Especial, 2004.

BRASIL. **Autismo**: orientação para os pais/ Casa do Autista- Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1998**. Brasília, 1988. Disponível em: Acesso em: 17 mar 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 23 dez.1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 17 mar. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais (Inep). **Plano Nacional de Educação**: PNE 2014 – 2020: linha de base. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://www.publicações.ine.gov.br/portal/download/1362> Acesso em: 10 mar 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a lei de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/205855325/lei-13146-15>  
<http://www.publicações.ine.gov.br/portal/download/1362> Acesso em: 10 maio 2020

BRITO, Elaine Rodrigues. **A inclusão do autista a partir da educação infantil**: Um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no Município de Sinop - Mato Grosso, Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**: Psicologia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: WAK, 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais – NNE. In: **Conferência Mundial sobre NNE**: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994. Disponível em: [http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl\\_9.pdf](http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf). Acesso em 10 de março de 2020.

DÍAZ, Félix (Org.) et al. **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

FELTRIN, Antônio Efro. **Inclusão social na escola**: quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Paulinas, 2004.

FILHO, José Ferreira Belisário; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: Transtornos Globais do Desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação: Secretária de Educação Especial, 2010.

FINCO, Daniela (Org.) et al. **Campos de experiências na escola da infância**: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. 1º ed. São Paulo: Edições Leituras Críticas, 2015.

FLÔR, Dalânea Cristina; DURLI, Zenilde. **Educação Infantil e Formação de professores**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 1999. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. 1º ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo**: guia prático. 6º ed. São Paulo: CORDE, 2007.

MELLO, Ana Maria S. Ros de (Org.) et al. **Retratos do autismo no Brasil**. São Paulo: AMA, 2013

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

MONTE, Francisca Roseneide Furtado; SANTOS, Idê Borges dos. **Saberes e práticas da inclusão**: Dificuldades acentuadas de aprendizagem: Autismo. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

NASCIMENTO, Aristonildo C. (Org.) et al. **Educação inclusiva no contexto Amazônico**: Formação de professores. Manaus: EDUA, 2007

## APENDICES 1: Questionário enviado aos pais.

12/09/2022 17:39

QUESTIONÁRIO: PAIS OU RESPONSÁVEIS DAS CRIANÇAS AUTISTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA

# QUESTIONÁRIO: PAIS OU RESPONSÁVEIS DAS CRIANÇAS AUTISTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA

Prezados pais!

É com satisfação que convidamos para participar da pesquisa "Inclusão de crianças autistas na educação infantil: avanços e desafios da escola pública no município de Parintins-AM", que está sendo desenvolvida pela acadêmica Keriane Pereira da Costa- Curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A pesquisa tem por objetivos: conhecer os avanços e os desafios que perpassam a inclusão de crianças autistas na Educação Infantil pública do município de Parintins – AM, bem como identificar o número de crianças autistas matriculadas na Educação Infantil da Rede pública do município de Parintins – AM e descrever os avanços e as necessidades relacionadas à inclusão de crianças com espectro autista na escola regular.

As informações obtidas são de carácter anônimo e confidencial.

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PAI/MÃE OU RESPONSÁVEL:

#### 1. Sexo

*Marcar apenas uma oval.*

Feminino

Masculino

#### 2. Formação:

\_\_\_\_\_

### 2. QUESTÕES SOBRE SEU/SUA FILHO(A):



3. Quantos anos tinha seu/sua filho(a) quando foi diagnosticado com autismo?

---

4. Você teve dificuldade em matricular seu/sua filho(a) na escola regular?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

5. Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

6. O que você entende por inclusão escolar?

---

---

---

---

---

7. A escola onde seu/sua filho(a) estuda tem estrutura física e pedagógica para a inclusão de crianças autistas?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

8. Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

9. Marque os fatores que a escola onde seu/sua filho(a) estuda necessita para contribuir na inclusão de crianças autistas:

*Marque todas que se aplicam.*

- Infraestrutura
- Auxílio de outros profissionais
- Apoio familiar
- Formação continuada dos educadores
- Material didático
- Favorecer as relações interpessoais entre as crianças autistas e as outras crianças da turma
- Diálogo contínuo com os educadores e pais das crianças autistas

10. Qual a sua contribuição na vida escolar de seu/sua filho(a)?

---

---

---

---

---

11. Em sua opinião seu/sua filho(a) está sendo incluído/a na escola ?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

12. Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

13. No seu ponto de vista qual a maior dificuldade enfrentada pelo professor na inclusão da criança autista na escola?

---

---

---

---

---

14. Quais os avanços do seu/sua filho(a) na Educação Infantil?

---

---

---

---

---

Obrigada pela participação!

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## APÊNDICE 2: Questionário enviado aos professores

12/09/2022 17:40

QUESTIONÁRIO PARA OS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

### QUESTIONÁRIO PARA OS EDUCADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Prezados educadores (as)!

É com satisfação que convidamos para participar da pesquisa "Inclusão de crianças autistas na Educação Infantil: avanços e desafios da escola pública no município de Parintins-AM", que está sendo desenvolvida pela acadêmica Keriane Pereira da Costa - Curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A pesquisa tem por objetivos: conhecer os avanços e os desafios que perpassam a inclusão de crianças autistas na Educação Infantil pública do município de Parintins - AM, bem como identificar o número de crianças autistas matriculadas na Educação Infantil da Rede pública do município de Parintins - AM e descrever os avanços e as necessidades relacionadas à inclusão de crianças com espectro autista na escola regular.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) EDUCADOR(A):

As informações obtidas são de carácter anônimo e confidencial.

##### 1. Idade:

\_\_\_\_\_

##### 2. Sexo:

*Marcar apenas uma oval.*

Feminino

Masculino

##### 3. Cargo que exerce na escola:

\_\_\_\_\_

4. Turma(s) onde atua:

---

---

---

---

---

5. Tempo de experiência na Educação Infantil:

---

2. SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

6. Tem formação ou informação sobre a inclusão de crianças com espectro autista na escola:

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

7. Número de crianças autistas matriculadas na sua turma:

---

8. Tempo que atua com crianças autistas na Educação infantil:

---

9. Qual sua concepção sobre Educação Inclusiva?

---

---

---

---

---

10. Comente sobre o processo de inclusão de crianças autistas na Educação Infantil.

---

---

---

---

---

11. A escola onde você trabalha possui estrutura física e pedagógica para a inclusão de crianças autistas?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

12. Justifique a sua resposta.

---

---

---

---

---

13. As aulas são planejadas, considerando a inclusão de crianças autistas?

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

14. Justifique a sua resposta.

---

---

---

---

---

15. Marque os fatores que a escola onde você trabalha necessita para contribuir na inclusão de crianças autistas:

*Marque todas que se aplicam.*

Infraestrutura

Auxílio de outros profissionais

Apoio familiar

Formação continuada dos educadores

Material didático

Favorecer as relações interpessoais entre as crianças autistas e as outras crianças da turma

Diálogo contínuo com os educadores e pais das crianças autistas

16. No seu ponto de vista qual a maior dificuldade enfrentada pelo professor na inclusão da criança autista na escola?

---

---

---

---

---

17. Quais os desafios da escola onde você trabalha para o processo de inclusão de crianças autistas na Educação Infantil?

---

---

---

---

---

18. Quais os avanços relacionados à inclusão de crianças autistas na escola onde você trabalha?

---

---

---

---

---

Obrigada pela participação!

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários